

Votação sobre títulos fica para fim do mês

BRASÍLIA — O Senado só deve votar na última semana deste mês o projeto de resolução que autoriza São Paulo a emitir R\$ 705 milhões em títulos do Tesouro Estadual para pagar precatórios (dívidas judiciais). O projeto foi aprovado na terça-feira passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois que o presidente Fernando Henrique Cardoso se empenhou pessoalmente em convencer os senadores contrários à autorização.

O baixo quórum existente ontem no Senado não permitiu que o projeto fosse votado. Como na próxima semana o Senado não vai realizar nenhuma sessão deliberativa, a votação só deverá ocorrer no final de agosto. Devido às eleições municipais de outubro, a mesa diretora do Senado estabeleceu um calendário em que períodos de votação de projetos se alternam com outros em que não se prevê decisão sobre nenhuma matéria.

Se for aprovado definitivamente pelo plenário, o pedido vai aliviar as finanças do Estado, que está sendo pressionado por credores na Justiça e ameaçado de sofrer intervenção federal. O Supremo Tribunal Federal (STF) já recebeu mais de 200 pedidos de intervenção pela falta de pagamento de R\$ 9 bilhões em dívidas. A Secretaria da Fazenda só reconhece débitos de R\$ 5 bilhões.

O projeto vinha sendo boicotado por senadores liderados por Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), Esperidião Amim (PPB-SC) e Jáder Barbalho (PMDB-PA), que tentavam forçar o governo paulista a suspender a sobretaxa imposta sobre produtos fabricados com incentivos fiscais em outros Estados. Os senadores alegavam que parte do texto da resolução era inconstitucional. A oposição ao projeto, porém, acabou sendo superada.